

A Livraria Régia no tempo de D. Manuel. Alguns aspectos

por

ANA ISABEL BUESCU

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa)

A LIVRARIA RÉGIA NO TEMPO DE D. MANUEL. ALGUNS ASPECTOS

O aparecimento da imprensa é, sem dúvida, uma questão fulcral para a compreensão do quadro das transformações na transmissão cultural na Época Moderna. O advento da arte tipográfica, em meados do século XV, vem significar, a prazo, uma modificação profunda na memória e na transmissão cultural, ao fazer superar em definitivo o monopólio clerical da cultura escrita e ao multiplicar os objectos escritos, intensificando as trocas culturais, disseminando a produção intelectual em relação aos seus centros tradicionais, criando novos ofícios e novos públicos leitores, operando um processo de progressiva laicização da cultura. Promotora de uma verdadeira revolução na produção e na transmissão cultural ela é, também, e talvez em primeiro lugar, uma revolução tecnológica – segundo Fernand Braudel, uma das grandes revoluções técnicas ocorridas entre os séculos XV e XVIII¹.

Uma apreciação dos números em jogo na segunda metade do século XV revela, desde logo, a amplitude do movimento tipográfico na Europa. Chegaram até nós de 30000 a 35000 impressões diferentes, que correspondem a um número de 10000 a 15000 obras distintas e a um total de cerca de 20 milhões de exemplares impressos antes de 1500, número impressionante, sobretudo se tivermos em conta que a Europa contava com uma população de cerca de 70 milhões de habitantes, dos quais uma minoria alfabetizada². No século XVI o movimento acelera-se, calculando-se entre 140 a 200 milhões de livros impressos para uma população que, no final do século, e compreendendo os seus «confins moscovitas», não teria mais de 100 milhões de habitantes³. A sua distribuição não é contudo uniforme. A primeira difusão da imprensa obedece a uma lógica centro/periferia, na qual tem preeminência a Alemanha, de onde partiu o movimento em meados do século XV e onde, cerca de 1470, todas as grandes cidades tinham já oficinas tipográficas. Destaca-se também a Itália, onde a imprensa surge em 1463. No fim do século XV, 73 cidades italianas possuíam oficinas de impressores. O movimento alarga-se nos anos 70 (França, Holanda, Espanha, Hungria, Polónia, Inglaterra) e nos anos 80 às zonas mais periféricas (Áustria, Suécia, Portugal). Na Rússia a imprensa surge muito tardiamente, em 1563. Uma análise dos mapas relativos à implantação da arte tipográfica⁴ permite concluir que não existe uma coincidência com o quadro de repartição das universidades, ultrapassando-o largamente e, por outro lado, constatar a

¹ Fernand BRAUDEL, *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, T. 1 – *Les Structures du Quotidien: le Possible et l'Impossible*, Paris, 1979, p. 337.

² Lucien FEBVRE e Henri-Jean MARTIN, *L'Apparition du livre*, Paris, 1971, pp. 349-350.

³ Fernand BRAUDEL, *op.cit.*, p. 351.

⁴ V. os mapas apresentados por Elizabeth EISENSTEIN relativos à difusão da imprensa até 1500, em *The Printing Revolution in Early Modern Europe*, Londres, 1990, pp.14-15.

forte presença dos impressores e dos ofícios e actividades ligados à produção e ao mercado do livro nas grandes rotas do comércio europeu, terrestres ou marítimas – é o caso de Augsburg, Frankfurt, Rouen, Nantes, Antuérpia ou Lyon, cidade que em 1500 possui mais de cinquenta livreiros-editores⁵.

Os quantitativos avançados por Lucien Febvre e Henri-Jean Martin para a produção tipográfica entre 1450 e 1500 são, como vimos, extremamente elucidativos sobre o carácter fulgurante da expansão da arte tipográfica. No que respeita a Portugal, é necessário notar que o número de incunábulo conhecidos é de trinta⁶ o que, mesmo tendo em conta as espécies desaparecidas, confirma o estatuto periférico de Portugal no mapa relativo à implantação da imprensa⁷. No século XVI, o desenvolvimento da actividade editorial no nosso país não é muito notável, calculando-se em cerca de 1900⁸ o total das edições, para um número de impressores que ronda os 50 para todo o século. Até 1535 a análise da produção tipográfica conhecida aponta para números muito baixos, na ordem de uma média de 0,6 títulos impressos por ano, verificando-se depois um crescimento apreciável até 1565, em que se registam 30 edições, seguido de uma desaceleração até 1580 e um novo crescimento que atinge o seu pico, até final do século, entre 1586 e 1590⁹. Por outro lado, em termos de conteúdos e interesses, a estatística das obras impressas em Portugal no século XVI revela uma percentagem significativa dos temas religiosos (teológicos e litúrgicos)¹⁰, característica de resto geral em toda a Europa, embora a tendência seja, a partir do século XVI, para uma regressão do peso dos livros de carácter religioso no conjunto da produção impressa¹¹.

No reinado de D. Manuel (1495-1521) a tipografia era, pois, entre nós, uma aquisição recente. Sabe-se que D. Afonso V, aquando da sua estada em Paris em finais de

⁵ Sobre a geografia dos grandes centros tipográficos nos séculos XV e XVI, v. Lucien FEBVRE e Henri-Jean MARTIN, *op.cit.*, pp. 243-305, e ainda J. F. GILMONT, «Les centres de la production imprimée au XV^e et XVI^e siècles», in S. Cavaciocchi (ed.), *Produzione e commercio della carta e del libro secc. XIII-XVIII*, Florença, 1992, pp. 343-364.

⁶ Artur ANSELMO, *Les Origines de l'imprimerie au Portugal*, Braga, 1983, pp. 467-473. V. também *infra*, nota seguinte.

⁷ João Alves Dias identificou aquele que considerou ser, até à data, o impresso português mais antigo, datando-o de 1488; esta primazia tem sido unanimemente atribuída ao *Tratado de Confissom*, impresso em Chaves em 1489. V. João Alves DIAS, «Sumário das Graças: o primeiro impresso português conhecido», *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, Outono 1997, pp. 197-205.

⁸ Grande parte das quais inseridas na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926 (reed. 1977), da autoria de António Joaquim Anselmo e Raul Proença. Descobertas posteriores – nomeadamente as espécies incluídas na obra *Livros Impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, I – Typographia Portuguesa*, Lisboa, 1964, que refere 412 obras não mencionadas por Anselmo, não vêm alterar substancialmente a ordem de grandeza da produção bibliográfica conhecida.

⁹ Jorge Borges de MACEDO, «Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade», in *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, 1979, p. 41, quadro 2, «Produção média tipográfica conhecida do século XVI em quinquênios».

¹⁰ Jorge Borges de MACEDO, *op.cit.*, quadros 5 (p.50), 6 (pp. 52-53) e 7 (p. 57).

¹¹ Lucien FEBVRE e Henri-Jean MARTIN, *op.cit.*, pp. 370-371.

1476, foi solenemente recebido na Sorbonne onde provavelmente terá visitado a respectiva oficina tipográfica, a funcionar desde 1470¹², e as primeiras obras impressas no país datam do reinado de D. João II. A análise da livreria régia no tempo de D. Manuel reveste-se de um interesse muito particular, já que, para além da possibilidade de avaliar conteúdos e orientações culturais, permite também aferir outras questões, com destaque para a permanência do livro manuscrito num quadro cultural de afirmação do impresso, já bem entrado o século XVI, ou a importância das relações com o universo cultural peninsular. Conhecemos o conteúdo da livreria de D. Manuel graças à publicação, em 1902, por Sousa Viterbo, do rol dos livros do monarca constantes do *Lyvro da recepta...*, inventário da guarda-roupa feito após a morte do rei, em 1522, sendo recebedor Rui Leite e testamentários o Conde de Vila Nova e o arcebispo de Braga¹³. Sousa Viterbo dava assim um impulso decisivo ao conhecimento da livreria régia em particular no reinado de D. Manuel, mas publicava também um apreciável conjunto de outros documentos relativos à biblioteca régia portuguesa entre os séculos XV e XVIII, com destaque para uma relação dos livros de D. João III e D. Catarina datada de 1534. O inventário da guarda-roupa de D. Manuel seria integralmente publicado dois anos mais tarde por Anselmo Braamcamp Freire¹⁴.

A primeira questão que consideraremos é a da dimensão da biblioteca de acordo com o inventário da guarda-roupa. Inclui este rol noventa e seis itens que correspondem a cento e sete títulos irregularmente descritos, número que se revela bastante modesto, quer tomado em termos absolutos quer relativos. Recordemos, por exemplo – e não saindo do caso das bibliotecas laicas – que a biblioteca do letrado rei D. Duarte, na primeira metade do século XV, integrava já mais de oitenta obras¹⁵, a do Infante D. Fernando seu irmão continha quarenta e quatro códices¹⁶ o inventário dos livros do Condestável D. Pedro (1429-1466), filho do infante D. Pedro, e que governou Aragão entre 1464 e 1466 inclui noventa e seis títulos¹⁷.

¹² Artur ANSELMO, *Les Origines de l'imprimerie...*, cit., p. 39.

¹³ SOUSA VITERBO, «A livreria real especialmente no reinado de D. Manuel», *Historia e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, T. IX, Parte I, 1902, pp. 1-73.

¹⁴ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Inventário da Guarda-Roupa de D. Manuel», *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, 1904, pp. 318-417.

¹⁵ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. diplomática com transcrição de João José Alves Dias, Introd. de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, 1982, pp. 206-208. O elenco das obras da livreria de D. Duarte fora já publicado por Teófilo Braga, acompanhado da identificação das obras e comentários, na *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*, T. I – 1289-1555, Lisboa, 1892, pp. 209-228.

¹⁶ Júlio DANTAS, «A livreria do Infante Santo», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. 2, n.º 6, Abril-Junho 1921, pp. 101-109; v. também Robert RICARD, «Les lectures spirituelles de l'infant Ferdinand de Portugal (1437)», in *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Paris, 1970, pp. 53-61.

¹⁷ Inventário descoberto no Arquivo de Aragão e publicado em 1881 por Andrés Balaguer y Merino numa memória sobre D. Pedro, e transcrito por Teófilo Braga no seu estudo sobre as livrerias manuscritas do século XV, incluído na obra *Historia da Universidade de Coimbra...*, já citado, pp. 232-34; o inventário foi novamente publicado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos em apêndice à sua edição da obra de D. Pedro, *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*, 2.ª ed., Coimbra, 1922, pp. 121-144. Pode ver-se uma

No início do século XVI, a livraria da Universidade continha cerca de 120 livros¹⁸. Constituindo seguramente um caso excepcional à época (e não só para o caso português) é de destacar a livraria de D. Teodósio, duque de Bragança, falecido em 1563, que continha o extraordinário número de 1596 livros¹⁹. No que respeita a outras bibliotecas régias, registemos o caso da biblioteca francesa de Blois que, de acordo com um inventário de 1518, incluía 1890 volumes²⁰.

Em todo o caso, poderá não ser totalmente seguro concluir acerca da dimensão da biblioteca régia a partir do rol dos livros constante da guarda-roupa de D. Manuel. Com efeito, sendo embora a única lista de livros do monarca que chegou até nós, o próprio Sousa Viterbo adverte para o facto de porventura o inventário da guarda-roupa do rei não reflectir de forma totalmente fiel o seu conteúdo, uma vez que em 1517, por ocasião da morte da sua segunda mulher, a rainha D. Maria, o rei havia feito partilhas entre os seus filhos, onde entraram muitos bens móveis, entre os quais, provavelmente, também livros²¹. Por outro lado, e como sublinha Braamcamp Freire, o códice que inclui o inventário está mutilado em mais de duzentas folhas, embora não fosse provável que existisse referência a mais livros²². Mas esta relativamente modesta dimensão da livraria manuelina suscita ainda outra hipótese de explicação a Sousa Viterbo, que nos parece no entanto pouco verosímil: dada a presença neste inventário de um pequeníssimo número de livros que já se encontravam nas livrarias dos reis portugueses antes de D. Manuel, dar-se-ia o caso, porventura, que só fossem recenseados os livros entretanto adquiridos e não os constantes das colecções anteriores?²³

Num outro plano, a consideração dos conteúdos da livraria régia não reflecte nem permite aferir de forma global da produção de livros, quer manuscritos quer impressos, na época de D. Manuel. Lembremos, por se tratar de um exemplo extremamente significativo a este propósito, que no sumptuoso presente enviado ao Negus da Abissínia em 1514 pelo monarca português, se incluíam, entre muitas outras obras, «mil cartinhas» para aprender a ler, «doze cathaçismos» – provavelmente o *Catecismo pequeno* do bispo de Ceuta impresso em Lisboa em 1504²⁴ –

breve apreciação desta biblioteca no estudo introdutório de Aida Fernandes Dias à edição da obra de D. Pedro, com base na edição de 1490 (?) das *Coplas del Menosprecio e contempto de las cosas ferosas del mundo*, Coimbra, 1976, pp. 18-22. Sobre a figura de D. Pedro, a obras de referência é a de Luís Adão da FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, 1982.

¹⁸ Isaías da Rosa PEREIRA, «A livraria da Universidade no início do século XVI», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, anos X-XII, n.ºs 37-38, 1964-1966, pp. 155-170.

¹⁹ Aires Augusto NASCIMENTO, «A livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança», in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol. I, Évora, 1994, pp. 209-220.

²⁰ Gilbert GADOFFRE, *La Révolution Culturelle dans la France des Humanistes. Guillaume Budé et François Ier*, Genebra, 1999, p. 235.

²¹ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, p. 10.

²² Anselmo Braamcamp FREIRE, *op.cit.*, p. 415.

²³ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, p. 7.

²⁴ *Ibidem*, nota ao item 65, p. 19.

«*vimte flos samtorum*», «*trimta liuros da vida dos martires* [...]»²⁵. Parece portanto forçoso concluir que a produção de livros atingia então uma dimensão muito considerável, sendo seguro que ela se articulava, de forma dominante, com a alfabetização e a evangelização no quadro do processo expansionista, o que explica, no exemplo citado, o predomínio absoluto de livros religiosos e de aprendizagem da língua portuguesa.

Seja como for, é este o catálogo que possuímos, e sobre ele iremos tecer mais algumas considerações. A primeira observação que gostaríamos de fazer não tem, no entanto, a ver com os livros em si mesmos, mas com a sua *descrição*. Com efeito, a simples leitura do rol dos livros deixados por D. Manuel é extremamente clara quanto ao ponto de vista que se privilegia: integrando o inventário de uma guarda-roupa sumptuosa de um rei opulento, a dimensão que sobreleva não é a da referência de autores e títulos, regra geral muito imprecisa, mas a dimensão material e física do livro enquanto objecto, no que é um testemunho flagrante de quanto a concepção do livro-tesouro era ainda largamente dominante. Com efeito, uma maioria muito significativa dos 96 itens que constituem este rol integra a referência, por vezes com extremo detalhe, à encadernação e apresentação dos livros: aí surgem os metais – «*ouro esmaltado*», «*brochas de prata*», «*prata branca*», «*prata dourada*», «*cobre dourado*»; os veludos, brocados e cetins «*cremezy*», roxos, verdes, pretos e azuis; os couros vermelhos e verdes. Em alguns casos, o próprio peso²⁶. Como sintetiza Sousa Viterbo, «*Attendia-se principalmente ao valor venal do livro, algum tanto à sua parte artistica, às suas illuminuras, mas sobretudo à sua parte externa às suas encadernações, algumas das quaes eram de metaes preciosos, ricamente ornamentados*»²⁷. Esta especificidade do inventário condicionará fortemente, como veremos, a apreciação dos seus conteúdos.

Vejamos em seguida um outro aspecto: a relação entre livros manuscritos e impressos, questão de cimeira importância no que diz respeito à transmissão e circulação da cultura escrita em Portugal na Época Moderna²⁸. O inventário dos livros de D. Manuel que inclui, como assinalámos, cento e sete espécies irregularmente descritas, contém referência explícita a apenas cinco obras impressas. Tal número não significa que não existissem mais livros em letra de forma – aliás, em

²⁵ J. A. da Graça BARRETO, «Presentes de D. Manuel ao Preste João e seu Embaixador», *Boletim de Bibliographia Portuguesa e Revista dos Archivos Nacionaes*, vol. 2, n.ºs 1 e 2, 1879, pp.17-23 e 49-59. Acerca da presença dos livros portugueses no século XVI no Congo e Etiópia, v. Manuel Cadafaz de MATOS, *A Tipografia Quinhentista de Expressão Cultural Portuguesa no Oriente (Índia, China, Japão)*, dissertação de doutoramento (policopiada) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, vol. I, Lisboa, 1997, pp. 20-44.

²⁶ «2. – It. Outro liuro com as tauoas cubertas de veludo preto com quatro camtos douro esmaltado em cada tauoa, e tem húa rosa no meo douro esmaltado em cada huia das tauoas e sua brocha do mesmo ouro, o qual he da oraça do condestabre, e pesa asy como está sete onças e cimquo oytauas». SOUSA VITERBO, *op. cit.*, p.11. V. ainda itens 3 e 9.

²⁷ *Ibidem*, p. 9.

²⁸ Ana Isabel BUESCU, «Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem», in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, 2000, pp. 29-48.

nove casos Sousa Viterbo, com maior ou menor certeza, avança a hipótese de se tratar de obras impressas²⁹ – mas dá sem dúvida conta da respectiva ordem de grandeza no conjunto do inventário. São elas a *Vita Christi*, publicada em 1495, por ordem da rainha D. Leonor, por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes, monumento da nossa tipografia quatrocentista e considerada até aos anos sessenta do século XX como o primeiro incunábulo português³⁰; um «*livro da Queda dos príncipes de letra de forma de tavoas cuberto de couro vermelho*». Trata-se, segundo Sousa Viterbo – e a identificação é correcta – da *Caida de Principes*, tradução para castelhano de Pedro Lopez de Ayala, impressa em 1495, da famosa obra de Boccaccio *De Casibus Virorum Illustrium*³¹; as «*Omélías de sam Jeronimo, de forma, êcadernado de tauoas cubertas de ouro amorado*», uma «*Bribya, de forma*», e finalmente «*huûm livro pequeno emcadernado de couro vermelho lavrado de lavor dourado o qual livro he de forma e tem pemturas dos vultos dos emperadores de Roma E asy esprito de letra de forma E no primcipeo começa Leo papa*»³².

Também a livraria régia portuguesa parece testemunhar, portanto, na transição do século XV para o século XVI, uma presença relativamente ténue da actividade tipográfica entre nós, no horizonte da «revolução do impresso» que desde meados do século XV tão profundamente alterava na Europa a reprodução e difusão da palavra escrita. Não esqueçamos que em Portugal até 1500 há apenas trinta incunábulo conhecidos, e que a produção tipográfica até 1535 é da ordem dos 0,6 títulos impressos por ano³³. O manuscrito mantém, pois, um espaço de circulação importante e por vezes poderoso na difusão da cultura escrita apesar do aparecimento da imprensa. Zonas há em que essa circulação é mesmo francamente maioritária – nos séculos XVI e XVII, em Espanha mas também em Portugal, o manuscrito foi o veículo privilegiado da difusão da poesia lírica e das novelas, nomeadamente de cavalaria³⁴. Em síntese, pode afirmar-se, como faz Borges de Macedo, que nas quatro primeiras décadas do século XVI o livro manuscrito predominou em Portugal sobre o livro impresso, e que a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade, e não o agente de uma dinâmica cultural importante³⁵.

²⁹ Obras descritas nos itens 34, 35, 36, 38, 65, 66, 68, 71, 88. SOUSA VITERBO, *op.cit.*

³⁰ *Tratado de Confissom*, edição fac-similada, leitura diplomática e estudo bibliográfico por José V. de Pina Martins, Lisboa, 1973. V. ainda *supra*, nota 7.

³¹ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, item 24, p. 15. O original de Boccaccio intitula-se *De Casibus Virorum Illustrium* e não *De Casibus Principum*, como por lapso Sousa Viterbo regista. V. Ana Isabel BUESCU, *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Lisboa, 1996, p. 50.

³² SOUSA VITERBO, *op.cit.*, item 29.

³³ V. *supra*, nota 9.

³⁴ Maxime CHEVALIER, *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*, Madrid, 1976, p. 45. V. também Teresa A. S. Duarte FERREIRA, «O livro impresso e o manuscrito coexistem. O manuscrito permanece», in *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1992, pp. 218-220.

³⁵ Jorge Borges de MACEDO, *op.cit.*, p.61, e António José SARAIVA, *História da Cultura em Portugal*, II, Lisboa, 1955, pp. 128-130. V. ainda Artur ANSELMO, *História da Edição em Portugal*, vol. 1, *Das Origens até 1536*, Porto, 1991.

Mas o recurso ao manuscrito após o advento da imprensa não se prende apenas com uma fraca difusão da tipografia. Com efeito, essa persistência deve ser vista igualmente em articulação com o prestígio daquela forma de transmissão da cultura escrita. A livraria de D. Manuel não deixa também de reflectir esta realidade, de que o exemplo máximo é a famosa e monumental *Bíblia* dita dos Jerónimos, de oficina florentina, oferecida ao futuro D. Manuel, ainda Duque de Beja e herdeiro do trono, considerada como um dos mais primorosos manuscritos iluminados do fim do século XV (o primeiro volume é de 1495)³⁶. Vejamos outros exemplos significativos, um pouco mais tardios, como é o caso de uma gramática latina da autoria de João de Barros, desconhecida até ao século XIX³⁷. Trata-se de um manuscrito magnificamente iluminado dedicado à Infanta D. Maria, filha de D. João III, destinado à sua aprendizagem da língua latina. Embora não datado, a sua composição remonta provavelmente ao início dos anos quarenta, particularmente fecundos no quadro da obra pedagógica de João de Barros, homem muito próximo da corte e de D. João III, e que em 1539 publica a *Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãre Igreja*, dedicada ao príncipe D. Filipe, e a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540)³⁸. A gramática manuscrita e as suas belíssimas iluminuras solelizam não só a aprendizagem da infanta, mas asseguram e evidenciam também o prestígio de uma função – a de mestre dos príncipes – e o valimento de Barros junto da corte joanina, num tempo em que essa aprendizagem podia sem problema fazer-se, na casa do rei, com recurso ao objecto impresso...

Cerca de um século depois da descoberta da arte tipográfica, as *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião* (1554), manuscrito iluminado da autoria de André Rodrigues de Évora, realizado por ocasião do nascimento do príncipe, também ilustram esta realidade³⁹. Compilação de 659 máximas relativas ao estado e à condição de príncipe, as *Sentenças...* constituem um verdadeiro regimento para a formação do perfeito soberano, onde se reúnem sentenças de sábios, filósofos, doutores da Igreja e historiadores antigos, que Rodrigues de Évora dedica ao príncipe recém-nascido para que possa, mais tarde, imitar o bom governo dos seus antepassados⁴⁰. Luís de Matos estabeleceu, sem margem para dúvidas, que estas cerca de 700 sentenças foram seleccionadas por André Rodrigues de Évora de um conjunto muito mais vasto de cerca de 3400, cuja edição *princeps* foi publicada em Lisboa nos finais de 1554, republicada ainda em Coimbra catorze anos mais tarde, e que teve um sucesso assinalável no estrangeiro, onde foi objecto de múltiplas

³⁶ Martim de ALBUQUERQUE, *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*, Lisboa, 1990, pp. 218-225.

³⁷ BNL, II. 148.

³⁸ Maria Leonor Carvalhão BUESCU, *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, Lisboa, 1992, p. 67.

³⁹ André Rodrigues de ÉVORA, *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval, com Introdução de Luís de Matos, Lisboa, 1983.

⁴⁰ *Sentenças...*, Dedicatória «Ao muito esclarecido príncipe dom sebastião, Neto do mui poderoso Rei dō João, terceiro deste nome, Nosso Senhor», ed.cit., fols. 1v-7.

edições⁴¹. A compilação manuscrita das *Sentenças...* destinadas à formação do príncipe recém-nascido, feita a partir de um conjunto mais vasto que nesse mesmo ano de 1554 seria dado à estampa resulta pois, visivelmente, de uma opção que deixa entrever o prestígio e a «distinção» associados ainda no século XVI, em casos precisos, à transmissão manuscrita da cultura.

Mas a importância e a persistência do manuscrito no século XVI encontra porventura a sua expressão máxima entre nós na *Leitura Nova*, monumental conjunto de sessenta e dois volumes que, por iniciativa de D. Manuel, a partir de 1504 e até 1552, transcreve e colige documentos das chancelarias régias e outra documentação avulsa. Se, no plano político e legislativo, a iniciativa do *Venturoso* se inscreve numa estratégia de afirmação da Coroa, num outro plano a concepção e a execução da *Leitura Nova* ilustram de forma emblemática a persistência e o prestígio do manuscrito no século XVI entre nós. É ao manuscrito, e não ao impresso, que o poder confia essa empresa, que assinala, aliás, o período áureo do manuscrito iluminado em Portugal, ocorrido tardiamente na primeira metade do século XVI – já no declínio da iluminura europeia e paralelamente à afirmação do livro impresso⁴².

Uma análise das livrarias régias e aristocráticas no século XVI permite avaliar de forma adequada a lenta penetração do impresso, mesmo a nível das elites, e a permanência do manuscrito. A relação dos livros constantes do inventário da guarda-roupa de D. Manuel, feito em 1522, após a morte do monarca contém, como vimos, referência explícita a apenas cinco obras impressas. Quanto aos livros de D. João III e de D. Catarina, o número de obras impressas é sem dúvida muito mais amplo, mas o volume dos livros manuscritos permanece extremamente significativo⁴³. Em 1507, a infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, deixa em testamento ao vigário e frades do mosteiro de Santo António de Beja, entre outros objectos, nove livros, dos quais três estão identificados como sendo «de letra de forma»⁴⁴. Outros inventários quinhentistas – raros entre nós, diga-se – poderiam ser úteis na elucidação deste problema, mas, como sucede com o inventário dos livros do infante D. Duarte (1523-1543), filho ilegítimo de D. João III, lista que Moreira de Sá reconstituiu, destacando os trinta e um títulos que o compõem a partir do rol dos livros que pertenceram a Frei Diogo de Murça, dele não consta a distinção entre livros manuscritos e im-

⁴¹ Sobre a relação entre as *Sentenças...* e a *Primera Parte de las Sentencias que hasta nuestros tiempos, para edificacion de buenos costumbres, estan por diversos Autores escriptas, eneste tratado sumariamente referidas, en su propio estilo. Y traduzidas enel nuestro comun. Conueniente lición, a toda suerte y estado de gentes*, Coimbra, 1554, v. a Introdução de Luís de Matos à edição fac-similada das *Sentenças...*, especialmente pp. 24-28. V. ainda A. J. da Costa PIMPÃO, «André Eborense e o seu livro de *Sentenças e Exemplos*», in *Escritos Diversos*, Coimbra, 1972, pp. 385-401.

⁴² Dagoberto MARKL, «Estudo Introdutório» à edição do *Livro de Horas de D. Manuel*, Lisboa, 1983, pp. 9-15; Sylvie Deswarte, *Les Enluminures de la Leitura Nova 1504-1552. Etude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l'Humanisme*, Paris, 1977.

⁴³ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, pp. 24-41.

⁴⁴ Anselmo Braamcamp FREIRE, «Inventario da Infanta D. Beatriz. 1507», *Archivo Historico Portuguez*, vol. IX, 1914, p. 95.

pressos⁴⁵. Em todo o caso, a presença de objectos manuscritos nas livrarias, nomeadamente nas livrarias régias, prolonga-se até ao século XVIII – veja-se a dimensão do inventário dos livros manuscritos da livraria de D. João V⁴⁶.

Voltando à livraria de D. Manuel, o teor muito impreciso da descrição das espécies, especialmente atenta, como dissemos, ao aspecto exterior, inviabiliza uma identificação rigorosa e sistemática dos seus conteúdos. Apesar disso, é possível fazer uma menção concreta a algumas das obras, umas facilmente referenciáveis, e outras identificadas por Sousa Viterbo. É o caso, por exemplo, da já citada *Bíblia* dos Jerónimos, do *Speculum Historiale* de Vicente de Beauvais, da *Crónica Troiana* de Guido de Colonna, cuja tradução para castelhano data do século XIV, da *Caida de Principes*, tradução castelhana da obra de Boccaccio *De Casibus Virorum Illustrium*, da edição de 1495 da *Vita Christi*, das *Ordenações* do Reino, de dois livros das *Sete Partidas* de Afonso X, de dois exemplares do *Livro de Marco Polo*, do *De Regimine Principum* de Egídio Romano, dos romances de cavalaria *Amadis de Gaula*, *Florisando* e *Sergas de Esplandian* ou da *Crónica d'El Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Há ainda casos em que a identificação das obras é hipoteticamente avançada por Sousa Viterbo⁴⁷ e um número muito apreciável em que essa identificação é provável⁴⁸ ou impossível por falta de elementos dado o carácter extremamente sumário da descrição.

Questão que se revestiria, sem dúvida, de grande interesse, seria o de estabelecer uma relação entre a livraria de D. Manuel e as livrarias régias anteriores. Vimos como Sousa Viterbo avança a hipótese de os livros dos reis que antecederam D. Manuel não serem descritos no inventário deste rei, o que ajudaria a explicar a relativa modéstia, em termos quantitativos, da sua livraria. O que é facto é que neste inventário, e com uma única excepção, não há qualquer referência a livros que tenham integrado as livrarias régias anteriores. Esta excepção é relativa a uma obra não identificada, um «livro de rezar de lingoagem emluminado e esprito em purgaminho, que foy delRey dom Joham o primeiro [...]»⁴⁹.

⁴⁵ Artur Moreira de Sá, «Livros de uso de Frei Diogo de Murça», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 33, 1977, pp. 69-109. Esta importante «desconstrução» do rol de livros cuja posse fora atribuída na totalidade a Frei Diogo de Murça foi feita com base num inventário quinhentista do Colégio de S. Jerónimo de Coimbra existente no ANTT (*Colégio de S. Jerónimo de Coimbra*, vol. III, doc. 11, fols. 409v-411), publicada em anexo ao seu estudo, pp.103-105. O inventário que apresentava o rol dos livros como sendo todos pertença de Frei Diogo de Murça fora publicado, com base em cópia do século XVIII existente na BGUC (cod. 610, *Memorias dos Estudos, em que se crião os monges de S. Jeronymo...*) por Joaquim de CARVALHO, em «A livraria de um letrado do século XVI. Frei Diogo de Murça», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 8, 1926-27, pp. 1-26, republicado em *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, II – *História da Cultura (1922-1948)*, Lisboa, 1982, pp. 569-638.

⁴⁶ BGUC, Secção de Reservados, *Index dos Manuscriptos da Livraria do Rey de Portugal* (posterior a 1742), 177 fols.

⁴⁷ Caso das obras descritas nos itens 27, 38, 64, 65, 66.

⁴⁸ É o caso, por exemplo, da obra descrita no item 93, «Outro liuro cuberto de purgaminho, de latym, da arte de Lebryxa», que corresponde muito provavelmente às *Institutiones Grammaticae* do gramático e historiador castelhano António de Lebrija. V. também, *infra*, nota 64.

⁴⁹ *Ibidem*, item 12.

De qualquer forma, é possível, como sugere Sousa Viterbo, que algumas das obras fossem os exemplares existentes na livreria régia antes de D. Manuel. É o caso do *Livro de Marco Polo*, que existiu entre os livros de D. Duarte, em latim e linguagem, uma obra do Infante D. Pedro que não se identifica, mas que poderá ser o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* ou uma das várias traduções empreendidas pelo Infante, o *Regimento de Príncipes* de Egídio Romano – obra presente quer na livreria de D. João I quer na de D. Duarte, onde surgem referenciados dois exemplares, um em latim e outro em vulgar⁵⁰ – e o *Tratado de las Armas* de Diego de Valera, dedicado a D. Afonso V⁵¹. É possivelmente ainda o caso, oriundos porventura do tempo de D. João I, dum livro «da ordem da garrotea dImgraterra, sprito em purgaminho» – recordemos que desde D. João I todos os monarcas portugueses pertenciam a esta ordem inglesa instituída no século XIV por Eduardo III⁵² – de um outro «da coroaçam del Rei DYmgraterra» e ainda de um outro livro «dalyança delRei dYmgraterra»⁵³.

Não sendo possível também, pelas razões apontadas no que respeita à imprecisão da descrição das espécies, dar conta de forma absolutamente rigorosa das línguas em que se encontram escritas as obras que integram o inventário, podemos contudo ensaiar uma visão de conjunto do problema. Em termos globais, e tanto quanto podemos averiguar – já que a referência à língua é omissa num número substancial de casos, embora em alguns deles essa identificação possa ser feita com segurança – pode dizer-se que também neste aspecto a livreria de D. Manuel é um testemunho do seu tempo. Com efeito, na viragem para o século XVI, a Europa assiste à eclosão de um processo que, já perceptível ao longo do século XV, irá culminar na progressiva – e irreversível, a prazo – afirmação da dignidade das línguas vernáculas perante a multissecular supremacia do latim como língua veicular de cultura, de que o aparecimento das primeiras gramáticas nacionais é teste-

⁵⁰ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte...*, já citado, pp. 206-208. A versão em vulgar era provavelmente uma versão portuguesa feita pelo infante D. Pedro: «[o infante D. Pedro] tirou de latim em linguagem o Regimento de Pryncipes, que Frey Gil Correado compos [...]». Rui de PINA, «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V», cap. CXXV, in *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1977, p. 754. Barbosa Machado veicula a informação de Rui de PINA na *Bibliotheca Lusitana*. Joseph Piel diverge desta posição, atribuindo a autoria da tradução da obra de Egídio Romano a Vasco Fernandes de Lucena. V. Joseph PIEL, «Introdução» à edição crítica do *Livro dos Offícios*, Coimbra, 1948, p. XVII. Joaquim de Carvalho, no seu estudo «Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara», in *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*, vol. I, Coimbra, 1949, p. 50 e ainda p. 64, atribui-a também a D. Pedro, dando portanto crédito a Rui de Pina. V. ainda Sebastião Tavares de Pinho, «O Infante D. Pedro e a 'Escola' de tradutores da corte de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro (25-27 de Nov.º de 1992), 1993, pp. 144-45. Alexandre Herculanio parece ainda ter visto um fragmento do *Regimento de Príncipes* da livreria de D. Duarte. V. Artur Moreira de Sá, «Introdução» à ed. da obra *De Republica Gubernanda per Regem/Do Governo da República pelo Rei*, reprodução fac-similada da ed. de 1496, com tradução para português de Miguel Pinto de Menezes, Lisboa, 1951, p. XV.

⁵¹ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, itens 8, 11, 61, 87.

⁵² Américo da Costa RAMALHO, «D. João II, a Jarreteira e o padrão», in *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 9-29. V. ainda Manuel CÔRTE-REAL, *The Portuguese Knights of the Order of the Garter*, Lisboa, 1992.

⁵³ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, itens 25, 59 e 75 respectivamente.

munho⁵⁴. Ora, justamente, a livreria régia portuguesa dá indiscutivelmente conta da importância do latim – em particular no que respeita, como é natural, às obras de temática religiosa – mas regista também, e paralelamente, uma presença muito apreciável de obras em vernáculo, que dizem sobretudo respeito a temas de carácter profano. É portanto este momento de mutação que, no seu conjunto, a livreria de D. Manuel parece reflectir e que, num outro plano, a própria produção tipográfica em Portugal na época não deixa de evidenciar – recordemos que dos trinta incunábulo conhecidos oito são em português e nove em latim⁵⁵, o que aponta para um equilíbrio que pensamos ser culturalmente significativo.

No que respeita ao conjunto dos livros que é possível identificar com sendo escritos em língua vulgar, e embora a referência à língua não surja a não ser no caso do latim, com a excepção de dois casos que referiremos, uma constatação indiscutível se impõe desde logo: a presença numericamente expressiva de obras em castelhano, quer seja de autores e obras cujos originais são escritos nesse idioma – como seja o *Tratado de las Armas* de Diego de Valera, dedicado a D. Afonso V⁵⁶, quer de traduções de obras, nomeadamente do latim, para aquela língua, como é o caso, por exemplo, da já citada versão castelhana da obra latina de Boccaccio *De Casibus Principum*. A livreria régia testemunha também, portanto, a importância da interacção com o mundo hispânico, realidade que, já evidente em épocas anteriores⁵⁷, assume uma decisiva importância em Portugal no século XVI, não só em termos políticos como em termos culturais. Aliás, o próprio facto de o inventário referir as obras escritas em latim, mas não diferenciar aquelas que o são em português e castelhano parece-nos extremamente revelador a este respeito.

O contínuo estreitamento dos laços entre as duas cortes peninsulares, em virtude da política matrimonial dos monarcas portugueses e castelhanos – D. Manuel casa três vezes, sempre com princesas espanholas – determina o bilinguismo da corte portuguesa no século XVI e favorece o ascendente da língua castelhana na generalidade dos círculos letrados e cortesãos. O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516 mas integrando composições que remontam ao reinado de D. Afonso V, ilustra de modo claro essa presença do idioma castelhano na cultura portuguesa da época, realidade patente não apenas na corte e nas elites, mas noutras camadas sociais, nomeadamente urbanas. Cerca de um sétimo das composições que o integram são escritas em castelhano, reflectindo o ascendente que não só a língua mas os modelos estéticos e literários de grandes autores castelhanos exerciam sobre poetas como Duarte de Brito, o Conde de Vimioso, Gil Vicente ou Garcia de

⁵⁴ Maria Leonor Carvalhão BUESCU, *A Galáxia das Línguas...*, já citado, pp. 11-60; Gregorio HINOJO, «Llatí versus vulgar: antecedents e conseqüències d'una polèmica», in *Llengua i religió a l'Europa Moderna*, Barcelona, 1997, pp.59-86.

⁵⁵ Artur ANSELMO, *Les Origines de l'Imprimerie...*, já citado, pp. 467-473. Os restantes treze incunábulo dizem respeito à tipografia hebraica.

⁵⁶ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, item 87.

⁵⁷ Para alguns exemplos respeitantes ao século XV, v. Ana Isabel BUESCU, *Imagens do Príncipe...*, já citado, pp. 49-50.

Resende⁵⁸. O simples desfolhar do *Catalogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano*⁵⁹ permite avaliar a importância e a extensão que o bilinguismo – e as inerentes consequências culturais – assumiu no Portugal de Quinhentos, muito para lá das figuras emblemáticas de Gil Vicente, Sá de Miranda ou Camões. A própria imprensa reflecte também este ascendente, podendo apontar-se para o conjunto do século XVI, no que respeita à edição de obras em castelhano em Portugal, para uma percentagem próxima dos 15% do total das obras impressas⁶⁰.

Ainda relativamente às línguas com que nos deparamos neste inventário registase que existem apenas dois itens referentes de forma expressa a obras escritas noutros idiomas para além do latim e dos livros em linguagem. São eles o caldeu e presumivelmente o chinês: «*It. Hûu salteiro em caldeu, êcadernado em purgaminho*», e «*Hûu caderno de folhas de papel de letras e pemturas dos chys que parecem sâtos, que tem hûa cubretura azull*»⁶¹.

Uma breve nota ainda sobre os conteúdos da livraria em termos das temáticas dominantes. Naturalmente, as obras de carácter religioso têm um lugar destacado. Para além da já referida *Bíblia* dita dos Jerónimos, o número de bíblias, breviários, missais, saltérios e «livros de rezar» é, sem novidade, extremamente significativo, embora na sua maior parte a respectiva descrição seja muito imprecisa. Em todo o caso, pode referir-se a presença de obras de Santo Agostinho⁶² e de S. Jerónimo⁶³. Entre os livros profanos, e para além de obras aparentemente avulsas, como é o caso, por exemplo, de uma obra do gramático castelhano António de Nebrija, provavelmente as suas *Institutiones Grammaticae*⁶⁴, três núcleos merecem-nos uma referência especial: em primeiro lugar, um significativo conjunto de obras de índole jurídica e administrativa, em que se destacam o *Regimento dos Reis de Armas* e o *Livro de Armas de Portugal*, bem como as *Partidas* de Afonso X e as *Ordenações* do Reino⁶⁵, ou ainda de obras sobre a função real como é o caso da *Tauoada* de um *Regimento do que ham de fazer os Reis cada dia*⁶⁶.

N

⁵⁸ Pilar Vázquez CUESTA, *A Língua e a Cultura Portuguesas no tempo dos Filipes*, Lisboa, 1988, p. 44.

⁵⁹ Obra da autoria de Domingo García Peres, editada em Madrid, em 1890.

⁶⁰ Ana Isabel BUESCU «'Y la Hespñola es facil para todos'. O bilinguismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)», in *Memória e Poder...*, já citado, p. 55.

⁶¹ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, itens 46 e 48, respectivamente.

⁶² «14. It. Outro liuro em latim cuberto de veludo azull de purgaminho de São Agostynho com brochas de cobre. 67. It. Outro liuro das Myditações e Sobloquyo (Soliloquio) de Samto Agostynho». *Ibidem*, p. 14 e p. 19, respectivamente.

⁶³ «28. It. Outro liuro de volumes das *Omelijs de sam Jeronimo*, de forma, êcadernado de tauoas cubertas de couro amorado. 55. It. Huû liuro da *pystolla (Epistola) de Sã Jeronimo*». *Ibidem*, p. 15 e p. 18, respectivamente.

⁶⁴ «93. It. Outro liuro cuberto de purgaminho, de latym, da arte de Lebryxa, de letra tyrada». *Ibidem*, p. 23. António de Lebrija, ou Nebrija (1444-1532), foi também autor de uma gramática da língua castelhana (1492) mas neste caso, pela descrição da obra, pode positivamente afirmar-se que se trata da sua gramática latina, datada de 1481.

⁶⁵ *Ibidem*, itens 6, 7, 54 e 35, respectivamente.

⁶⁶ *Ibidem*, item 94.

Em segundo lugar, os livros de cavalaria, onde encontramos obras como o celebrado *Amadis de Gaula*, mas também as suas continuações, como as *Sergas de Esplandiam* e o *Florisando*, o que não deixa de ser, à primeira vista – mas talvez só à primeira vista –, um pouco insólito. Como já foi observado, num tempo que não comportava já o ascendente da cavalaria na ordem social, a literatura recuperava nostálgicamente a voga da aventura e o protagonismo do cavaleiro⁶⁷. Com efeito, a presença destes livros na biblioteca régia reflecte a extraordinária popularidade que a literatura novelesca, em particular após a publicação do *Amadis de Gaula* em 1508, teve também em Portugal no século XVI, nomeadamente como literatura de corte, onde era um género indiscutivelmente apreciado e cultivado. Sabe-se, por exemplo, que o jovem príncipe D. João, futuro D. João III, acompanhou com entusiasmo a evolução do manuscrito da *Crónica do Imperador Clarimundo*, obra de estreia do então seu moço de guarda-roupa João de Barros⁶⁸, longo e denso romance de cavalaria que fantasia e exalta as origens da casa real portuguesa, oferecida a D. Manuel em 1520 e publicada dois anos mais tarde⁶⁹. A *Crónica do Imperador Clarimundo*, na qual o autor habilmente conjuga «fingimento» e história agradou de tal forma a D. Manuel, que o monarca terá manifestado o desejo de que fosse João de Barros a encarregar-se da escrita destas «*cousas das partes do Oriente*», já que até então, apesar de pretender celebrar os feitos portugueses, «*nunca achara pessoa de que o confiasse*»⁷⁰. A pergunta parece impor-se: porque não constará, então, do inventário, esta obra de Barros, que se sabe ter sido particularmente apreciada por D. Manuel?

O terceiro núcleo é o das obras de autores clássicos, profusamente representados na livraria régia, onde encontramos nomes conhecidos já na Idade Média, como é o caso de Ovídio e Virgílio, cujas obras não se encontram infelizmente identificadas⁷¹, historiadores como Tito Lívio e as suas *Décadas*, Salústio, de quem encontramos as obras *Bellum Catilinarium* e *Bellum Jugurthinum*⁷², mas também autores que o

⁶⁷ Vitorino Magalhães GODINHO, «Inovação e permanências nos séculos XV e XVI: entre mito e utopia», in *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, 1990, pp. 140-142.

⁶⁸ Manuel Severim de FARIA, «Vida de João de Barros», *Discursos Varios Politicos*, Évora, 1624, fols. 25-25v. V. também Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, vol. I, Lisboa, 1938, Parte I, Liv. I, cap. II, p. 11.

⁶⁹ João de BARROS, *A Primeyra Parte da Cronica do Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem*, Lisboa, 1522. Esta obra teve uma segunda edição em 1555 e a terceira em 1601. Sobre esta obra de Barros, e o seu significado ideológico que conduzirá a Camões, v. o luminoso ensaio de Eduardo LOURENÇO, «Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial», *Cultura. História e Filosofia*, vol. V, Homenagem a J. S. da Silva Dias, Lisboa, 1986, pp. 61-72. V. também Rosário Santana PAIXÃO, *Aventura e Identidade: História Fingida das Origens e Fundação de Portugal. Crónica do Imperador Clarimundo, um Livro de Cavalarias do Quinhentismo Peninsular*, dissertação de doutoramento (policopiada) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 1996, e ainda Isabel ALMEIDA, *Livros Portugueses de Cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*, dissertação de doutoramento (policopiada) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.

⁷⁰ João de BARROS, *Década I*, «Prólogo», Lisboa, 1552.

⁷¹ «44. It. Outro liuro pequeno de Vergilio. 45. It. Outro tall d Ouuydio». Sousa Viterbo, *op.cit.*, p. 17.

⁷² Assim descritos: «39. It. Outro liuro de Salustio Catilynario, esprito de pena. 70. It. Outro liuro de Salustyo Jugurta, em latim». *Ibidem*, p. 17 e p. 20, respectivamente.

esforço de recuperação da herança antiga por parte do humanismo renascentista trouxera à luz, como é o caso de Plutarco (c.46-120). Autor praticamente desconhecido na Idade Média, se exceptuarmos a apócrifa *Institutio Trajani*, obra que lhe é atribuída por João de Salisbúria no *Policraticus* (1159)⁷³, foi o *Quattrocento* italiano que iniciou o processo de restituição da sua obra⁷⁴, designadamente das célebres *Vitae Parallelae*, que rapidamente alcançaram uma difusão importante. É justamente esta a obra de Plutarco presente na livraria de D. Manuel⁷⁵.

Constituída por uma série de biografias de príncipes e homens ilustres da Antiguidade, a sua fortuna a partir do século XVI radica sobretudo no facto de fornecer modelos acabados do ideal heróico, em que se destacam, acima de todas as outras, as figuras de Alexandre – paradigma do herói já na Idade Média⁷⁶ – e de Júlio César. Na sua totalidade ou parcialmente, as *Vitae* de Plutarco foram objecto de amplo movimento editorial, tanto em latim como em tradução para várias línguas vulgares, constituindo um dos principais repositórios de *exempla* do discurso político nos séculos XVI e XVII, e uma presença considerada fundamental na pedagogia dos príncipes⁷⁷. No entanto, a respectiva descrição na livraria de D. Manuel não nos permite concluir se se trata de uma versão latina ou de uma tradução para vulgar⁷⁸. Em todo o caso, a sua presença entre os livros do monarca mostra que também na corte régia portuguesa Plutarco era já conhecido, o que deixa transparecer algum contacto com o humanismo italiano, que iniciou, como referimos, a recuperação da obra daquele autor grego no século XV. Este contacto é também evidente na presença neste inventário de uma obra de Leonardo Bruni (c.1370-1444), chanceler da república de Florença, grande humanista e tradutor do grego – traduziu nomeadamente Plutarco –, obra infelizmente não identificada, mas que poderá corresponder ao seu trabalho mais importante, a monumental *Historiarum Florentini Populi Libri XII*⁷⁹.

Uma nota ainda para a cronística portuguesa, em que encontramos apenas referência à *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, possivelmente o exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto⁸⁰ e para duas obras relativas à

⁷³ Hans LIEBESCHÜTZ, «John of Salisbury and Pseudo-Plutarch», *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, VI, 1943, pp. 33-39. V. ainda Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe...*, cit., pp. 40-41, e notas.

⁷⁴ Robert AULOTTE, *Amyot et Plutarque. La tradition des «Moralia» au XVIe siècle*, Genebra, 1965, pp. 21-38. Cfr: o inventário dos manuscritos gregos de Plutarco existentes em Itália no século XV em R. R. BOLGAR, *The Classical Heritage and its Beneficiaries*, Cambridge, 1977, pp. 485-87, e a lista das suas traduções para as línguas vulgares durante o século XVI, *ibidem*, pp. 520-21.

⁷⁵ Obra descrita da seguinte forma: «Dous liuros da vyda de Putraco [...]». SOUSA VITERBO, *op.cit.*, item 30.

⁷⁶ V., por todos, a obra de George CAREY, *The Medieval Alexander*, Cambridge, 1956.

⁷⁷ Robert AULOTTE, *op.cit.*, pp. 21-130; R. R. BOLGAR, *op.cit.*, pp. 520-23.

⁷⁸ V. *supra*, nota 75.

⁷⁹ «89. It. Outro liuro esprito em purgaminho que começa *Lionardo Arentyno* e fala da caualaria». SOUSA VITERBO, *op.cit.*, p. 22. A descrição é muito imprecisa, mas é suficiente para pelo menos identificar o seu autor, Leonardo Bruni, também conhecido por Leonardo Arentino.

⁸⁰ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, nota ao item 96.

Expansão: um livro dos *Treumfos da Imdia*, que Sousa Viterbo pensa poder ser uma minuta do secretário António Carneiro sobre o descobrimento e conquista da Índia que deveria estar na base da concepção e execução das tapeçarias monumentais que D. Manuel ordenara para celebrar os feitos da Índia⁸¹; e um outro com o título de *Exortação feyta aos da India*, da autoria de Duarte Galvão, mencionada por João de Barros nas *Décadas*⁸². Embora não se tratando de livros, o *Lyuro da recepta...* inclui ainda referência a «*huũa carta de marear de pano dalgodã da Imdia azull escuro e branco*» e «*outro pano dalgodam com a pemptura dAdem*»⁸³.

Em síntese, a livraria régia no tempo de D. Manuel reflecte, na transição para a modernidade, alguns aspectos culturalmente relevantes, que procurámos sublinhar, como é o caso da persistência e a vitalidade da transmissão manuscrita da cultura, patente no número relativamente restrito de obras impressas que a integram, e a presença assinalável de obras de expressão castelhana, facto que reflecte a importância, na época, da interacção com a cultura peninsular, também no que respeita à recepção de obras culturais de além-Pirenéus. A análise do rol dos livros constantes do *Lyvro da recepta...*, inventário da guarda-roupa feito em 1522, depois da morte do monarca, ainda que condicionada pelas dificuldades de identificação precisa de muitas das obras, permite ter uma imagem relativamente aproximada dos conteúdos da livraria, quer em termos de dimensão, quer em termos de conteúdos e de orientações culturais. A literatura religiosa e devocional ocupa, sem dúvida, um lugar privilegiado neste inventário régio, mas a presença das aventuras de *Amadis* e dos livros de viagem, como o *Livro de Marco Polo*, lado a lado com Ovídio, Plutarco, Virgílio, Boccaccio, Leonardo Bruni ou os *Treumfos da Imdia*, é bem o símbolo e o testemunho de um tempo em que se cruzam traços de uma mundividência medieval com a emergência de formas culturais que anunciam e configuram a modernidade.

⁸¹ *Ibidem*, nota ao item 27.

⁸² *Ibidem*, nota ao item 51.

⁸³ *Ibidem*, itens 97 e 98.